



# Anais da Assembléia

Nº 156

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 113.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1995  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Techy Filho.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Turreck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Péricles Mello e Sâmis da Silva (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n.º 663/95, do senhor Claudio Nunes do Nascimento - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que adota tabela única de vencimentos dos cargos dos servidores e serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário. O anteprojeto revoga as tabelas de que trata a Lei n.º 11.074, de 29 de março de 1995 e dá outras providências. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO N.º 763/95

Curitiba, 31.10.95.

Senhor Presidente.

Tendo em vista o recebimento de convite formulado pela FOZTUR - Foz do Iguaçu Turismo S/A, órgão oficial de turismo da Cidade de Foz do Iguaçu, em anexo, para participarmos como representante deste Poder e da Comissão de Turismo, da Internacional Travel Fair, em Taipei, na China, importante evento sobre turismo e que se realizará no período de 07 a 18 de novembro do corrente, vimos solicitar a autorização de Vossa Excelência, no sentido de que este Parlamentar possa representar a Assembléia Legislativa, sem qualquer ônus para esta Casa.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

(a) SÂMIS DA SILVA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 3375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 472/95, que autoriza a alienação de ações do Banco do Estado do Paraná S/A junto ao Banco Del Paraná S/A, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N.º 3370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 216/95, cuja Súmula é a seguinte: "Equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR a órgão oficial de pesquisa".

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N.º 3371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N.º 3374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a prorrogação do prazo para apresentação de Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária e ao Plano Plurianual, que se encerrará no dia 16 de novembro do corrente ano, às 16:00 horas.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO N° 3378

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário a criação de uma Comissão Especial para acompanhar e averiguar o conflito entre a Polícia Militar e os sem-terra no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(aa) DOUTOR ROSINHA

JOCELITO CANTO

JOSÉ MARIA FERREIRA

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ÂNGELO VANHONI

EDNO GUIMARÃES

ALBANOR GOMES

RENATO ADUR

DURVAL AMARAL

NEIVO BERALDIN

ORLANDO PESSUTI

WALMOR TRENTINI

EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 3354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Reinaldo Debas, ocorrido dia 01.11.95, na cidade de Palmas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 49 anos, faleceu em Palmas, o Senhor Luiz Reinaldo Debas, dia 1° de novembro de 1995.

O extinto, que era pessoa bastante relacionada no Município de Palmas onde era pecuarista e contador.

Deixou viúva Dona Leroi Reinaldo Debas, e dois filhos.

O passamento de Luiz Reinaldo Debas veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, entre as quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma

engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Luiz Reinaldo Debas.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Luiz Reinaldo Debas e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Reinaldo Debas, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 3357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto e soberano Plenário, seja enviado "Votos de Pesar" aos familiares da Sra. Maria Aparecida Schwanda, que faleceu no dia 31 de outubro, no município de Irati.

A Sra. Maria Aparecida Schwanda, nasceu em São Caetano do Sul-SP, no dia 09 de maio de 1936, esposa do Senhor Airton Schwanda, deixou três filhos, Mirian Schwanda Duda, casada com o Senhor Carlos Duda, Marilize Schwanda Filipaki, casada com o Senhor Moacir Filipaki e André Rogério Schwanda, casado com a Sra. Beatriz Schwanda e sete netos.

Viveu em Irati, onde era muito querida e estimada por todos, sentiremos saudades.

A família enlutada, nossas mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Ibiaporã, Votos de Congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 3364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Pérola, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado no próximo dia 12 de novembro.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gentil Scalco, Prefeito Mu-

nicipal (Rua Rosário, 202); aos Senhores Vereadores Adalberto Evangelista da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Valmir Biaca, vice-Presidente; Orides Preto, Primeiro Secretário; Jose Carlos Ferreira, Segundo Secretário; Vicente Ferreira Scalco; Paulo Mauro Piovezan; Manoel Gomes de Alcantara; Wilson Jose Leandro Estefani; Terezinha Lopes de Oliveira; Tarcisio Sales Medeiros Maia e Jesus Ordones Gonzales (Av. Da. P. Byington, s/n) CEP 87540-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara dos Deputados, Anexo IV - Gabinete 948 - Brasília-DF - CEP 10169-970).

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Pérola é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos às autoridades constituídas e às lideranças deste Município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia propiciando ao homem, ao trabalhador cada vez mais condições de vida.

#### REQUERIMENTO N° 3379

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de Votos de Congratulações com a União de Vereadores - UVEPAR, pela eleição de sua nova diretoria no último dia 25 de outubro. A UVEPAR será presidida pelo Vereador Pedro Ademir Cavalli, de Colombo e terá como vice-Presidente o Vereador Jorge Bernardi, de Curitiba.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à nova diretoria da UVEPAR, na pessoa de seu Presidente, Vereador Pedro Admir Cavalli.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 3380

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de Votos de Congratulações com a Federação do Comércio do Estado do Paraná que, por consenso geral de seus membros, reconduz o Dr. Rubens Brustolin à sua presidência para nova gestão, triênio 1996/1999.

Dr. Rubens Brustolin, pela capacidade,

dedicação e dignidade com que tem sabido conduzir essa Federação e as entidades que a ela se subordinam, como SESC e SENAC, realmente merece a recondução para que possa completar seu trabalho em prol do comércio do Estado do Paraná, junto à diretoria eleita.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Federação do Comércio do Estado do Paraná, através de seu Presidente, Dr. Rubens Brustolin e da diretoria eleita, a qual estendemos os "Votos de Congratulações", almejando sucesso.

Sala das Sessões, em 08.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 3356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente su. escreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão de um Voto de Regozijo pelo transcurso do 44° aniversário de emancipação política do Município de Santo Inácio.

Da decisão desta Casa, requer ainda seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Inicialmente denominado Colônia Zacarias de Góes, Santo Inácio foi elevado à categoria de Distrito em 1948, ocasião em que passou a denominar-se Distrito da Redução de Santo Inácio. Finalmente pela Lei Estadual n° 790, de 14 de Novembro de 1951, foi o Distrito elevado à categoria de município com a denominação de Santo Inácio.

A instalação do município ocorreu 1 ano depois, ou seja em 14 de novembro de 1952, data em que foi empossado o Sr. Ilto Ferreira Coutinho, primeiro Prefeito Municipal eleito.

O trabalho sério e honesto de sua população fez de Santo Inácio o progressista município que hoje desempenha importante papel no cenário estadual.

#### REQUERIMENTO N° 3358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja registrado nos anais desta Casa de Leis, votos de Agradecimentos aos funcionários do INSS da Regional de Ponta Grossa, Sr. Eraldo Sérgio Araújo de Medeiros, Supervisor de Concessão de Benefícios, Sr. Marco Antonio Almeida, Chefe do Posto Especial do Seguro Social,

e ao Chefe do INSS de Irati, Sr. Alceu Rigoni, pelos esclarecimentos feitos com muita seriedade e respeito para com a população do Município de Irati e região, através do Programa "Conversa Franca" da Rádio Difusora Cultural Iratiense, prestando assim, um serviço esclarecedor sobre as aposentadorias do INSS, dúvidas constantes daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja enviado Moção de Agradecimento pela modernização, reequipamento e viaturas da 5ª Companhia da Polícia Rodoviária sediada em Ponta Grossa abrangendo todos os Postos de Fiscalização subordinados àquela Companhia; Aos Excelentíssimos Senhores Secretário dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz e Diretor Geral Doutor Luiz Alberto Kuster, Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira e Comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual Tenente Coronel Renildo Gonçalves da Silva, que entenderam da importância e reconheceram o trabalho da 5ª Companhia da Polícia Rodoviária, tão bem comandada pelo Capitão Luiz Fernando Obladen.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO N° 3361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando providências para a instalação de um módulo policial no Conjunto Residencial Jardim Panissa na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O Jardim Panissa situa-se numa das regiões mais populosas da periferia Londrinense, distante de postos policiais que possam garantir a segurança e tranquilidade às famílias que ali residem, frequentemente sujeitas a ação de desordeiros e marginais que ameaçam a integridade daqueles cidadãos.

A presença do policial numa ação preventiva, torna-se a cada dia uma necessidade cada vez maior.

#### REQUERIMENTO N° 3363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Gerente do Departamento Região Norte da TELEPAR, Senhor José Roberto Moreno Prado, solicitando a instalação de Telefone Rural na comunidade de Alto Alegre, Município de São Sebastião da Amoreira.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Alto Alegre congrega hoje, uma população de 200 (duzentas pessoas) residentes naquela localidade, além de, diariamente, receber trabalhadores rurais e proprietários que para ali se dirigem para seu labor cotidiano.

Essa comunidade dista da sede do Município, 11 km.

O telefone rural, além da segurança, rapidez na comunicação e conforto, acaba representando, ainda, um fator de fixação daqueles moradores naquela região agrícola.

#### REQUERIMENTO N° 3366

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar manilhamento na Rua E, casa n° 318, Recanto dos Papagaios, em Almirante Tamandaré.

Segundo os moradores deste endereço, existe um rio nas proximidades e o esgoto deste rio corre todo para o quintal desta casa.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3367

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de efetuar reparos no anti-pó da Avenida Anita Garibaldi, do Cemitério Jardim da Paz até a cidade de Almirante Tamandaré.

Este trecho está cheio de buracos, passam várias linhas de ônibus e o risco de acidentes é muito grande.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3368

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, no sentido de colocar guarda de trânsito na Rua Lysimaco Ferreira da Costa, próximo ao Colégio Curitiba Adventista.

Segundo pais de alunos e moradores, os carros passam em alta velocidade, colocando em risco a vida dos alunos.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3369

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de colocar lombadas na rua Francisco de Paula Lobo Araújo, próximo ao Colégio Maria Robertina Trevisan, na Cidade Jardim, em São José dos Pinhais.

Segundo os moradores, os carros passam em alta velocidade, colocando em risco a vida dos alunos.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos, aos comissários de menores: Eduardo Wyatt Sobrinho, Antonio Carlos Machado, Marco Aurélio Guimarães, Francisco Adel Batista, Rosana Resende Sanches, Luiz Carlos Moreira Lopes, Milton de Castro, Walter José Petla, Elisângela Bernardi e Fábio de Oliveira Azevedo, tendo em vista suas atuações prestativas e eficientes durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto-Juvenil no Estado do Paraná.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Fernando Wolff Bodziak, Juiz da Infância e da Juventude - 1° Ofício - em Curitiba para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, cumprimente os comissários citados acima.

Sala das Sessões, em 08.11.95.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO N° 3377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a cessão do Grande expediente do dia 20 de novembro, para que seja ouvida a explana-

ção com referência ao Fechamento da Estrada do Colono, entre Medianeira e Capanema, e a proposta da Estrada Ecológica neste mesmo local do Parque Nacional do Iguaçu.

A explanação será feita pelo Senhor Marcos R. Pagani, Coordenador da AIPOPEC - Associação de Integração Pró Abertura da Estrada do Colono, que reúne dezessete municípios associados, e pelo Procurador da entidade, Doutor Pedro Henrique Xavier.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO N° 3372

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, não são contra as contratações e empréstimos de entidades internacionais, que visem o desenvolvimento de nosso Estado, porém, para melhor elucidação deste parlamento quanto à aplicação dos recursos provenientes de tais empréstimos, REQUEREM, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, seja formulado pedido de informações ao Senhor Secretário de Planejamento, referentes às Mensagens Governamentais n°s 58/95, 59/95, 60/95 e 61/95, em tramitação nesta Casa e que tratam de contratações de operações de créditos externos, nos valores de US\$ 332.000.000,00 junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e OECF (Overseas Economic Corporation Fund of Japan), para implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-estrutura Municipal - "Paraná Urbano" - US\$ 150.000.000,00 junto ao BID para financiamento de parte do Projeto "Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná"; US\$ 250.000.000,00 junto ao BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), para financiamento de parte do Projeto "Paraná 12 meses" e US\$ 250.000.000,00 junto a OECF, para financiamento do Projeto de "Saneamento Ambiental do Paraná, respectivamente, contendo os seguintes requisitos:

1. Capacidade de endividamento do Estado;
2. Metas a serem alcançadas com os recursos oriundos dos empréstimos;
3. Retorno econômico/social dos investimentos;
4. Taxas de juros e spread;
5. Percentual cobrado a título de comissões;
6. Taxas de permanência;
7. Prazo de carência e amortização da dívida;
8. Escalonamento de pagamentos;
9. Qual a origem dos recursos para a contrapartida do Estado?

Pedido de informações ao Senhor Secretário do Planejamento sobre contratações



de empréstimos externos.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(aa) CAÍTO QUINTANA

JOSÉ MARIA FERREIRA

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

TOTI COLAÇO

AUGUSTINHO ZUCCHI

ANGELO VANHONI

DURVAL AMARAL

IRONDI PUGLIESI

ALBANOR GOMES

CEZAR SILVESTRI

ORLANDO PESSUTI

EMERSON NERONE

RENATO ADUR

RICARDO CHAB

PÉRICLES DE MELLO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 477/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, autorizada a doar aos municípios e entidades assistenciais, os veículos de diversas marcas, cedidos em comodato aos mesmos, conforme documento de Contrato de Comodato, arquivado na COPEL, durante o ano de 1994.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei reveste-se de caráter imprescindível, tendo em vista que foram entregues diversos veículos aos municípios e entidades assistenciais do estado, sendo repassados através de termo de comodato, para servirem na área de assistência social. É certo que os mesmos têm sido utilizados efetivamente no desempenho da destinação original, contribuindo decisivamente na melhora do atendimento dos serviços oferecidos pelas diversas prefeituras e entidades, tais como APAES, APMIS, Creches e outras.

É de se salientar, por essencial, que todos aqueles que receberam os veículos, se ao término do comodato os mesmos forem devolvidos, não terão condições de arcar com os custos de aquisição de um outro veículo para executar as tarefas hoje efetivadas, sendo certo que haverá um grande prejuízo social, face às inúmeras ações assistenciais vibilizadas através dos veículos.

Assim, a forma legal para solucionar o impasse criado, tendo em vista o relevante interesse social envolvido, é, efetivamente, a proposição presente, que aprovada,

virá revestir de caráter legal a situação ora verificada de fato.

PROJETO DE LEI N° 478/95

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Ficam isentas do pagamento de taxas, as pessoas comprovadamente carentes, portadoras de deficiência física e/ou mental, devidas ao Estado do Paraná e as suas instituições vinculadas.

Parágrafo Único - A comprovação do estado de carência, bem como de deficiência de que trata o "caput" deste artigo, far-se-á mediante a apresentação de atestado expedido pelo Serviço Social, do Estado ou do Município de residência do interessado.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O direito à assistência às pessoas carentes e portadoras de deficiência é assegurado pela constituição, no entanto, a legislação é omissa quanto a obrigatoriedade de pagamento de taxas por parte das mesmas.

À luz da justiça e do bom senso, uma incoerência gritante, pois as mesmas pessoas que muitas vezes sobrevivem graças à caridade alheia e à assistência dos poderes públicos, se vêem obrigadas a recolher taxas para se beneficiar de serviços públicos.

Neste sentido e com o objetivo de tornar justo e coerente o procedimento democrático do poder público, conto com a aquiescência dos nobres deputados para o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 479/95

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a providenciar para que os processos de aposentadoria, contagem de tempo e revisão de proventos sejam solucionados definitivamente, dentro de 90 (noventa) dias, contados da data do protocolo, responsabilizando-se o funcionário que der causa a atraso ou retardamento superior a 90 (noventa) dias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Temos observado que os processos de aposentadoria, contagem de tempo ou revisão de proventos requeridos pelos funcionários do Estado estão cada vez mais sofrendo retardamento nos diversos setores da administração. O emperramento desses processos causam apreensão e constrangimento ao funcionário, especialmente aqueles do interior. Constatamos frequentemente que processos de aposentadoria permanecem em muitos casos, 2, 3, 4, 5, 6 meses ou mais em um único setor sem qualquer despacho.

Essa prática vem ocorrendo ultimamente no Estado do Paraná pois em outros Estados por nós contatados, os processos de aposentadoria principalmente, merecem especial atenção, como é o caso para aqui ser citado, "no Rio de Janeiro, que inclusive faz parte da Constituição do Estado a determinação para que nenhum processo de aposentadoria ultrapasse 90 (noventa) dias contados da data de entrada no Protocolo, para ser solucionado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda leitura do Expediente.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Só queria registrar, Sr. Presidente, a presença nesta Casa de Leis, do Presidente da Câmara do Município de Mamborê, Vereador Dornelles.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT. Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil todo tem acompanhado nos últimos dias, um debate na sociedade brasileira, a reforma da reforma agrária. Algumas ocupações de áreas feitas pelos trabalhadores sem terra no sentido de pressionar que o Governo agilize o processo de reforma agrária no nosso País. Recentemente lá no Pontal de Paranapanema várias ocupações de terras, terras devolutas foram realizadas pelo movimento sem terra. O governo Federal percebendo a gravidade, desta luta política, social por parte dos trabalhadores sem terra do nosso País, decidiu contra a vontade do Ministro José Andrade Vieira, substituir o Presidente do INCRA e colocou um homem de sua confiança o Dr. Graciano, para comandar o processo

de reforma agrária no nosso País. Na realidade, com este gesto o Presidente da República, reconhece a gravidade do problema social, dos sem terra no nosso País, na alta concentração da propriedade agrícola no nosso País, dos graves problemas sociais que está trazendo para a nossa Nação, e remete a si a Presidência da República a condução daqui para frente do processo de assentamento dos sem terra em todo o País.

No Estado do Paraná, Srs. Deputados, temos uma área de ocupação, que é na cidade de Laranjal e que no dia de ontem, aliás, antes de ontem, numa reunião com o Secretário de Segurança Pública, junto com o Superintendente do INCRA Regional, o Sr. Dirceu Rodrigues, lideranças do movimento sem terra, daqui do Paraná, lideranças do acampamento na fazenda Nova Cantu, chegaram a um acordo e que está estabelecido de que praticamente está certo a permanência dessas 300 famílias na fazenda Nova Cantu. Mas, Srs. Deputados a gravidade da luta dos trabalhadores sem terra no Estado do Paraná, atingiu ontem à noite, uma dimensão incalculável.

Veja, Presidente Anibal Khury, na Cidade de Santa Izabel do Oeste lá na região de Paranavaí 60 famílias, Deputado Rossoni, tinham ocupado uma área, esta área no dia 05 de março foi decretada apta para ser desapropriada para fins da reforma agrária. O proprietário entrou com um recurso, que é normal, 60 famílias apenas, que não tem aonde morar, estão debaixo de lona.

Pois bem, essas 60 famílias saíram da área espontaneamente, sem violência, sem agressões, e estão há três meses, Deputado Rossoni, acampados na beira da estrada, não estão impedindo o tráfego, estão no acostamento da estrada.

Pasmem Senhores, o DER, Órgão do Estado do Paraná, subordinado ao Secretário dos Transportes, o Dr. Deni Schawartz, que é um homem que compreende os problemas sociais e agrários do Estado do Paraná, porque é oriundo de uma região que mais sofre o problema agrícola e fundiário no nosso Estado, que é a região do Sudoeste.

O DER entrou na justiça, solicitando o despejo daquelas 60 famílias, das margens da rodovia. A Juíza ontem expediu um mandado de despejo, ficamos sabendo ontem de que o mandado de despejo seria cumprido hoje.

O Deputado Péricles alertado pelas famílias lá de Santa Maria, Santa Izabel do Oeste, telefonou para o Chefe de Gabinete do Governador e disse ao Sr. Gerson Guelmann: "Olha, estamos sabendo de um mandado de despejo, gostaria de dizer ao Sr. que, antes de realizar o despejo, que são ape-



nas 60 famílias, de uma área que já tem até um Decreto para fins de reforma agrária, gostaríamos de poder intermediar para que não houvesse violência".

O Gerson Guelmann pediu ao Deputado Péricles que fosse procurar o Secretário de Segurança Pública, o Deputado Péricles não encontrou em Curitiba e no Brasil o Secretário de Segurança Pública.

Telefonou para o Comandante da Polícia Militar do 8º Batalhão, que é lá na região, o Comandante Coronel do 8º Batalhão da Região disse o seguinte: Olha, essas famílias, eu estou com a ordem do Juiz, se não sair em serão despejadas, e se resistirem, nós faremos o despejo. Mas Comandante, o Senhor entende, espere um pouco, são apenas 60 famílias, estão numa área de beira de estrada, a área já foi desapropriada. Ordem judicial, é ordem para ser cumprida, não questiono. Pois bem, o Deputado Péricles ligou depois para o Comando Geral da Polícia Militar, falou com o Dr. Mainguê, Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Mainguê ficou de dar o retorno das súplicas feitas pelo Deputado Péricles para que sustasse o despejo, para que houvesse uma solução negociada, não retornou a ligação.

Uma hora da manhã, a polícia militar com 60 famílias, que se o Estado não providenciar um acostamento de estrada, para que essas famílias, que não estão agredindo, que não estão violando a vida de ninguém, nem a propriedade de ninguém em particular, porque estavam numa propriedade do Estado do Paraná, que era beira de estrada, são famílias de trabalhadores que estão querendo permanecer na terra para poder dar condições de vida a si e a sua família, há uma hora da manhã, com bombas de gás lacrimogênio, a Polícia Militar procede o despejo, de forma violenta e que redundou Deputado Luiz Carlos Martins, com 14 sem-terras baleados e hospitalizados e alguns na UTI do Hospital de Loanda, de Paranavaí e de Santa Izabel do Oeste.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Vanhoni, quero, até por causa da dificuldade de tempo no dia de hoje, para se discutir mais profundamente esse assunto, me solidarizar com V.Exa. e creio que nossa bancada do PMDB é solidária, que não é possível, Deputado, é certo que nós precisamos de uma Reforma Agrária no País. É certo que nós temos em alguns Estados, conflitos, mas é certo também que o Paraná sempre procurou evitar esses conflitos muitas vezes mais complicados de resolver, quando há invasão efetiva de uma invasão de uma área de terra produtiva, já houve soluções.

Agora o trabalhador sem terras, na beira de uma rodovia, ele não está prejudicando propriedade de ninguém. É tirado por um pedido de um órgão do Governo. Atravessa a cerca e nós vamos levantar e aí, isso é uma questão que não é aproveitada a situação política, Senhores Deputados, de situação. Mas um confronto que leve a pessoas feridas e risco de morte, a tiros, entre trabalhadores e policiais gera instabilidade política no Estado de consequências, e Vossa Excelência sabe disto, de consequências imprevisíveis, porque, porque o movimento é solidário e acaba gerando uma questão totalmente desnecessária.

Portanto as providências adotadas por V.Exa., tenha certeza, contam com a nossa Bancada para participarmos juntos.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Caíto Quintana, eu estranho, Presidente Anibal, que no Brasil, no Governo do Estado de São Paulo aonde que o tensionamento da luta pela Reforma Agrária ao nível de exasperação, tomando conta do problema, sendo expandido para todo o Brasil através da televisão. O Governador Mário Covas, o Presidente da República através da pessoa do Senhor Grasiano estão empenhados em solucionar os conflitos de terra no País.

Não posso entender como que o Estado do Paraná que tem o dever e o princípio constitucional de garantir a vida das pessoas permite que a ação da Polícia Militar coloque em risco a vida de sessenta famílias, que não estão numa área privada, que estavam a beira de estrada, num acostamento de uma estrada a espera da tramitação do processo da Reforma Agrária da área do que eles estavam reivindicando.

Não há sentido para esta ação. Não há sentido. São quatorze famílias baleadas. Qual foi o risco que estas pessoas colocaram para a integridade do Estado?

Será, Deputado Caíto Quintana, que a sensibilidade deste Governo em relação a pessoa humana, em relação a vida dos trabalhadores, das pessoas que moram no Estado do Paraná; Será que a sensibilidade do Governo se resume e acaba simplesmente na caneta fria, na expedição de uma Ordem de Despejo por parte do judiciário que é insensível e tem se colocado frontalmente contra muitas vezes ao interesse em Corumbiara, no Mato Grosso, aonde que o Governo do Estado, simplesmente cumpriu uma decisão judicial e que ficou provado, pois o próprio juiz foi removido daquela comarca. Ficou provado de que aquele juiz estava macomunado com a Polícia Militar que por sua vez estava também em conluio com jagunços com toda uma preparação para proceder uma preparação violenta em cima dos trabalhadores.

Leiam a Folha de São Paulo, leiam a Folha de São Paulo, hoje, traz o resultado dos exames dos ossos achados pelo Bispo Dom Geraldo, lá em Corumbiara, e que foram remetidos para o Laboratório da INICAMP.

Disse que eram ossos de suínos e de bovinos e, que posteriormente, foi remetido para um laboratório mais sofisticado, em Paris e que saiu hoje o laudo do Laboratório de Paris de que os ossos encontrados tinham vestígios e indícios de que eram de pessoas humanas.

Há sete desaparecidos ainda, fora os mortos que já foram enterrados, em Corumbiara, sete trabalhadores sem-terra desaparecidos. E há suspeita de que tenham sido cremados, venha a se confirmar agora com a publicação do laudo expedido pelo laboratório mais renomado que está na cidade de Paris.

Leiam a Folha de São Paulo, será que o Estado do Paraná vai se permitir, de que este tipo de acontecimento grave para a convivência humana, para a democracia, para a dignidade nossa, do nosso povo, o que que os trabalhadores escutam, tem uma área aqui em Curitiba, se não dá para me calar, tem uma área aqui em Curitiba, tem uma área numa cidade próxima, tem um outro acostamento, tem um outro barranco, são 60 famílias, e não foi por falta de alerta, o Deputado Péricles falou com o Chefe do Gabinete do Governador ontem, falou com o Chefe do Comando da Polícia Militar, o que justifica uma ação policial em cima de 60 famílias desarmadas, sem arma que estão lutando para sobreviver e que é uma luta histórica do nosso País.

Nós telefonamos ontem duas horas da manhã para o Delegado da cidade de Santa Isabel do Ivaí, veja só Deputado Augustinho Zucchi, me identifiquei como se fosse Chefe da Polícia aqui de Curitiba, delegado, como é que está a operação aí delegado? Foi tudo bem. Aqui na minha delegacia eu tenho oito presos mas estou tendo que soltar e mandar para o hospital porque estão todos feridos.

Meu Deus do céu! Será que o Governo do Estado do Paraná se preocupa com a qualidade de vida, se preocupa com as pessoas humanas, que agora está colocando em votação recursos de um bilhão de dólares de empréstimos para melhorar a vida das pessoas do Estado do Paraná, gerando empregos.

São essas as argumentações do Governo, será que o Governo do Estado do Paraná não se preocupa com a integridade física e vai permitir que uma ação policial em função de uma canetada de uma juíza que foi expedida porque o próprio Estado do Paraná através do DER, do Secretário dos Transportes Deny Schuartz, solicitou despejo das margens de uma rodovia do Estado.

Escuta, qualquer um de vocês Deputados tenho certeza, se tivessem um pedacinho de terra lá desocupado para guardar enquanto a reintegração das famílias na área não viesse, se disporia a colocar um pedacinho de terra, e o Estado do Paraná não percebeu o tamanho da gravidade dos seus gestos, ao permitir uma ação policial dessa natureza, Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Deputado Ângelo Vanhoni, quero me somar a V.Exa., nossa manifestação de preocupação com referência ao episódio de Santa Isabel do Ivaí ocorrido no dia de ontem.

Realmente entendo que é desejo de todos nós os Paranaenses, principalmente aqueles que estão aqui na Assembléia Legislativa na condição de representante do povo do Paraná, de que nós não venhamos a ter no nosso Estado episódios tão tristes e tão lamentáveis como aquele ocorrido em Corumbiara. E nós estávamos de certa forma comemorando os entendimentos havidos durante a semana, que contou inclusive com a participação da Assembléia Legislativa, através do Deputado Irineu Colombo, na questão da Fazenda Nova Cantu no Município de Laranjal, só temos evidentemente que lamentar o episódio de ontem, porque de certa forma as conversações todas havidas em relação à Fazenda Nova Cantu em Laranjal, e foram proveitosas em nosso entendimento, já que se chegou a um entendimento entre os ocupantes da área, com a participação inclusive do prefeito da cidade, com interferência da Secretaria de Segurança Pública, e no dia de ontem ocorre esse outro episódio que sem sombra de dúvida, representa um retrocesso em todas as conversações havidas no Paraná, para que a gente possa normalizar a questão das ocupações de área e evidentemente do assentamento de pessoas que se encontram na condição de sem-terras acampados, sejam em áreas ainda privadas ou seja em áreas públicas às margens das rodovias.

E nós sabemos que situações semelhantes a essas existem em diferentes cidades do Paraná, não na forma de sem-terras mas de pessoas que em mais de uma dezena, talvez até uma centena de municípios estão inclusive com residências estabelecidas às margens das rodovias, com seus barracos.

Cito o caso de Virmond, o Deputado Cezar Silvestri conhece bem a realidade de lá onde o Prefeito Osmar Palinski está construindo agora 34 pequenas moradias para transferir aquelas pessoas que estão morando em barracos de lona às margens da Rodovia 277, para a cidade Virmond. E tantas outras cidades, se nós formos aqui em direção ao Norte do Paraná, na Rodovia 376, nossa Rodovia do Café, quando nós

passamos pelo contorno de Ponta Grossa, às margens daquela rodovia tem lá dezenas, centenas de pessoas ocupando também aquela área. É evidentemente que nós temos de registrar essa preocupação. É lamentável que este fato tenha ocorrido, e eu acredito que o Secretário Cândido Martins de Oliveira haverá de tomar uma posição acerca desses acontecimentos, para que não se repita, nós que estávamos e estamos no dia-a-dia comemorando os bons feitos da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar, em tantos e tantos episódios que preocupam a todos nós, que prejudicam a nossa vida no dia a dia, em questões de segurança pública, temos que neste momento solicitar a ele, realmente que tome providências, para que os fatos como esse não se repitam, principalmente da forma como aconteceu.

Então, me somo a Vossa Excelência nesta preocupação, porque ao lado de Vossa Excelência, de outros Parlamentares, nós queremos ver uma solução para o problema dos Sem-Terra do Paraná, de maneira alguma queremos ver aqui fatos que possam nos lembrar Corumbiara.

O Sr. Emerson Nerone - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Vanhoni, líder da Bancada do PT, quero primeiro me solidarizar com os 15 (quinze) feridos nessa ação irresponsável, mais uma ação irresponsável do Judiciário em conjunto com o Secretário Deni Schwartz, e da Polícia.

Aí nós temos três pessoas diretamente envolvidas nesta irresponsabilidade. Mas, quero apenas aqui dizer que este expediente de retirada dos sem-terra da beira das rodovias, é um expediente que já foi usado lá no Rio Grande do Sul, pelo Governador Antonio Brito, em conjunto também com o Secretário de Transportes, o Judiciário e o Secretário de Polícia Civil, daquele Estado.

E o Secretário aqui do Paraná, o Secretário Deni Schwartz foi usado por este sistema, e acabou copiando este expediente, que é um expediente completamente irregular e maléfico. E eu só queria lembrar ao Secretário, e hoje a gente vai fazer uma carta ao Secretário, que pedir reintegração de posse de uma área que beira rodovia, implica também em pedir reintegração de posse aos milhares e milhares de desempregados que montam barraquinha nas beiras das rodovias para vender um cachorro quente, para vender uma espiga de milho, para vender uma pamonha; o Deputado Augustinho Zucchi está lembrando aqui também que as construções lá perto de Maringá, os famosos Vinhos Pascoeto, os Vinhos Pascoeto construíram um bar; em Marialva

acontece muito disso, as pessoas constroem nas beiras das Rodovias com a complacência do Secretário Deni Schwartz, e ele nunca tomou lugar nenhum, principalmente nos casos de construções que envolvem uma questão social complicada.

E ele não teve sensibilidade suficiente de perceber que essas milhares de pessoas que trabalham na beira de estradas, alguns com mais propriedades e alguns com menos, teriam também de ser envolvidos nesta ação.

Se não há disposição do Governo em lutar contra todos, porque só alguns. É óbvio que nós sabemos que são serviais, neste caso, o Secretário Deni Schwartz foi servial dos grandes fazendeiros do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Gostaria de dizer que, o Estado, a função principal do Governo é garantir a vida das pessoas.

Esse esforço descomunal que nós fazemos, quando aqui no orçamento votamos verbas para a saúde, votamos verbas para que as casas das pessoas tenham manilhas, para canalizar o esgoto, votamos verbas para a educação, votamos verbas para criar emprego, é porque o Estado do Paraná, o estado da Sociedade tem a sua principal atribuição: a garantia da vida das pessoas.

Uma ação como esta, hoje desencadeada pelo Governo do Estado do Paraná, coloca por terra todas as justificativas que esse Governo tem dito para a sociedade, de que é um Governo que se preocupa com a dignidade da pessoa humana.

Não há como justificar uma ação dessa envergadura, tratar sessenta famílias com a ponta da baioneta que estavam simplesmente lutando para ter um lugar decente para poder trabalhar, não são marginais, são trabalhadores expulsos da terra pela concentração fundiária do nosso País, com um sistema cruel da sociedade moderna e a Assembléia legislativa, não pode permitir que o silêncio continue a respeito dessa situação.

As informações que vêm de Santa Izabel do Ivaí, são as informações mais desencontradas.

Na Rede Globo hoje, passou pela manhã como se não houvesse apoio, houvesse um conflito, de que não tivesse repercussão mais grave.

No entanto, nós sabemos que há 14 ou 15 feridos hospitalizados, inclusive, sem-terra, já na UTI.

Nós gostaríamos de solicitar a Assembléia Legislativa do Paraná, para que desse autorização, para que um grupo de Deputados se dirigissem à localidade para poder franquear as informações e poder prestar assistência as famílias feridas e

que ainda estejam presas nas delegacias, das cidades vizinhas à Santa Izabel do Ivaí.

Acho que, o Estado do Paraná e a Assembleia Legislativa é parte do Estado, é parte fundamental do Estado, porque ela tem o poder emanado diretamente do anseio popular, da vontade do povo, são 54 Deputados, não podem ficar em silêncio e permitir que uma barbaridade dessa aconteça no Estado do Paraná.

Então a nossa requisição verbal Deputado Anibal Khury, é que esta Assembleia hoje autorize um grupo de Deputados a se dirigir à Santa Izabel do Ivaí para acompanhar esta ação de despejo por parte do Estado do Paraná, contra estas 60 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Romanelli com a palavra.

O SR. ROMANELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Confesso esta manhã, e se vou falar sobre a questão da Segurança Pública. Mas não posso deixar como cidadão paranaense e brasileiro de ficar estarrecido de ouvir o relato do nobre líder do Partido dos Trabalhadores Angelo Vanhoni, sobre a truculência e a violência que foi praticada em Santa Izabel do Ivaí.

Francamente, Deputado Algaci Túlio, não esperava do Governo Jaime Lerner, que nesse Governo pudesse acontecer atos iguais a esse pela postura que o Governador manifestou na campanha e fundamentalmente até pela sua história de vida que foi uma história de contradições e diálogos.

Por isso que creio, viu Senhor Presidente, que esta Casa deva imediatamente convocar o Secretário de Segurança Pública, para que venha aqui prestar esclarecimentos aos representantes do povo do Paraná.

Quais foram as razões e motivações que levaram a Polícia Militar do nosso Estado, que é posta para proteger o cidadão, a praticar uma ação terrorista, que massacrar os trabalhadores sem-terra dentro da rodovia.

Não é esse o estado de direito, para que nós tanto lutamos, todos aqueles que entraram no MDB, no PMDB, para que este País fosse restaurado as liberdades públicas a democracia e fundamentalmente a justiça social.

Por isso Senhor Presidente, quero crer que esta Casa deva imediatamente convocar o Secretário da Segurança Pública, para que possa prestar esclarecimentos sobre o que ocorreu e está ocorrendo na região de Santa Izabel do Ivaí.

E quero Senhor Líder do Governo, espe-

rar que Vossa Excelência que é um democrata, possa na verdade, prestar preliminarmente os seus esclarecimentos a todos nós.

E venho, Senhora e Senhores Deputados falar nesta Tribuna, aqui hoje, de um ato em dois Parlamentares aqui desta Casa, o nosso Presidente Deputado Anibal Khury e o Líder do Governo Deputado Algaci Túlio, estão diretamente relacionados.

Recebi ontem, Deputado Algaci Túlio um farto material que me foi enviado pelo ex-Secretário da Cultura, mas que é um homem que orgulha a todos os paranaenses, um defensor, um libertário, seguramente o maior jurista do nosso Estado, que é o Professor Renê Ariel Dotti, e o Professor Dotti, me envia a cópia do mandado de segurança, que ele impetrou, para garantir na justiça o pagamento integral do TID, a famosa gratificação que os Policiais Civis receberam do Governador do Estado, logo após aquela ação de Marechal Cândido Rondon, e aquela oportunidade, Deputado Valdir Rossoni, o Secretário da Segurança Pública o Doutor Cândido, de forma clara e objetiva disse que o TID seria pago pelo valor integral dos vencimentos dos Policiais Civis.

E o que ocorreu? Na implantação, entre uma resolução e um despacho do Diário Oficial, se começou a pagar o TID pelo vencimento básico, que ficou na verdade um valor muito aquém da aspiração dos setores da Polícia Civil, que eram beneficiados por salário, que nós todos reconhecemos que é um salário muito ruim o salário que se paga ao funcionalismo público paranaense.

Aliás, está na pauta o homem mesmo hoje, ele coloca um funcionário, um alto funcionário do seu gabinete, e começa com um terrorismo oficial, a pressionar aqueles policiais que ingressaram com este mandado de segurança na justiça, para que retirassem os seus nomes, porque senão, eles seriam excluídos mesmo do pagamento parcial que a Secretaria de Administração estava fazendo com base, com dados nas informações do GRH, da Secretaria de Segurança Pública.

E onde é que está a grande violência? É que no Estado de Direito ou se respeita o cidadão que quer entrar na justiça e demandar contra um ato que ele considere injusto ou verdadeiramente nós não viveremos neste País uma democracia.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de se registrar, aqui nesta tribuna, o artigo que o Professor Rene Dotti publicou no domingo, dia 29 no Estado do Paraná, com o título:

"Pedido o Governador Jaime Lerner: 'Liberte os reféns do terror oficial'"

São fatos extremamente graves, o Professor Renê Ariel Dotti, é um advogado dos

mais renomados e ele seguramente, não iria às páginas dos jornais, para discutir esta questão, se não fosse ela na verdade uma questão politizada, pelo Secretário da Segurança Pública, o doutor Cândido, porque o despacho com o Governador Lerner, ele é muito claro e límpido, mandando pagar o TID, sobre o valor, com o valor integral das vantagens não só do vencimento básico.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero registrar aqui a luta que faz esse paranaense em nome de 681 Policiais Civis, uma luta para garantir a uma categoria, um benefício que foi prometido não só em praça pública, mas foi prometido pelos canais de televisão, pelos microfones das rádios, e especialmente por dois dos mais destacados parlamentares desta Casa, que é o Deputado Algaci Túlio e o Deputado Anibal Khury, que foram inclusive homenageados pela classe do Sindicato dos Policiais Civis.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esperamos que o Secretário, Cândido Manuel Martins de Oliveira, reflita sobre a sua posição autoritária, que pare de coagir, porque o Código Penal Brasileiro é muito claro quando diz no art. 344, que é uma coação no curso do processo, usar de violência ou grave ameaça e ele está, na verdade infringindo a Lei, cometendo um crime, quando coage seus funcionários a retirar os seus nomes de uma Ação na justiça, que legitimamente está sendo avaliada.

Por isso queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer com que a voz do Professor Rene Dotti chegasse aqui nesta tribuna, para manifestar o inconformismo com esse verdadeiro terror oficial.

E o seu Cândido Manuel Martins de Oliveira tem muito a explicar mesmo, porque somando-se fatos iguais a esse, a esse caso de Santa Izabel do Ivaí, que claro é muito mais grave do que esse, mas é de se refletir, quais são as atitudes que essas autoridades, se ele tem, se ele tem estabilidade emocional, para exercer um dos cargos mais importantes na organização do Estado Paranaense que é a titularidade da Secretaria da Segurança Pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada.

Quero dar aqui o meu testemunho, de como é que a gente consegue resolver os problemas e até estando na Oposição, ajudar o próprio Governo do Estado a resolver os seus problemas.

Faltei algumas sessões seguidas, por dois motivos. Primeiro, uma cirurgia bu-

cal, e segundo, porque passamos pelo menos cinco dias intensamente, rodando e procurando resolver problema da ocupação da Fazenda de um usineiro do Estado de São Paulo, que não produziu nada até hoje, nenhuma nota fiscal para o Município de Laranjal e para o antigo Município que pertencia a Palmital, a ocupação esta, que fomos lá no local por duas vezes, conversamos com o Prefeito, os Vereadores, todas as autoridades apoiando o movimento, porque a fazenda é uma terra boa, mas só tinha capim do bravo.

Intermediando com Brasília para que o INCRA agilizasse o laudo que reconhecia aquele setor da Fazenda lá do Cantu produtiva e, imediatamente o Superintendente do INCRA do Estado do Paraná, com muita agilidade passou informação à Brasília e Brasília retornou ao Secretário de Segurança do Estado, às autoridades, ao Major Finn, de Guarapuava, aos Prefeitos da região, a própria Juíza com qual eu falei, fui a primeira autoridade do Estado do Paraná a falar com a Juíza Dra. Vânia Braga, lá da Comarca da Campina da Lagoa, para procurar resolver o problema, e resolvemos porque no desfecho nós nos reunimos com o Secretário de Segurança, quando naquela ocasião eles falavam, toda a operação de desocupação de qualquer área, passará por um plano que será elaborado pelo Departamento de Interior da Polícia Militar e aprovado pelo Secretário de Segurança. Isso ele falou na presença minha e do Deputado Péricles.

Reuniu o IAP com José Carlos, reunimos Dirceu Rodrigues do INCRA, reunimos o representante da FETAEP, do Movimento Sem-Terra e nós Deputados, com a presença de Secretários e o empenho último conseguimos fazer com que a juíza voltasse atrás com que se mobilizasse toda aquela possibilidade de um confronto.

Saindo o laudo, deve sair até 15/12, o decreto do Presidente Fernando Henrique, a Fazenda Nova Cantu e teremos mais produção, teremos mais alimentos suínos, gado, milho, feijão, lá no Município de Laranjal. A exemplo da ocupação do Chapadão que de um ano para o outro deu um incremento de 18% de ICMS no Município de Laranjal.

Pois bem, ajudamos a resolver esse problema e não fiz um pronunciamento sobre ele, não dei uma declaração na imprensa, mas o Secretário de Segurança saiu nas primeiras páginas dos jornais. E o problema basicamente foi resolvido a quatro mãos por esse Deputado. Porque naquele momento não queríamos era um confronto, porque entendíamos que ninguém pode ficar usando as terras Paranaenses para especulação imobiliária pura e simplesmente como acontecia em Laranjal.



Mas ontem, à noite, quando nós também estávamos intermediando uma negociação com a COPEL e os afogados de Iguacu, lá da Barragem de Salto Caxias, os atingidos pela Barragem de Salto Caxias aonde nós conseguimos resolver o problema também, fomos surpreendidos a uma hora da manhã, quando um telefonema para mim, avisava que tinha gente desaparecida, sendo torturada, casas sendo queimadas lá em Santa Izabel de Ivaí e pessoas feridas para todo o lado.

Pois bem, Senhores, isso mostra a inabilidade do atual Governo do Estado. Mostra, se não for provado o contrário, a irresponsabilidade do Governo do Estado no trato destas questões sociais. Questões jurídicas têm que passar pelo crivo político, por isso existe a chamada Classe Política no Estado, Classe Política no Brasil.

A Polícia Militar do Paraná, utilizando a força, realizou o despejo de aproximadamente cinquenta famílias em Santa Izabel de Ivaí. Essas famílias se encontravam à margem da BR, esperando o decreto que desapropriará uma terra ali lindeira, uma fazenda lindeira.

Sem problema nenhum, sem nenhuma violência o mandado saiu ontem e foi executado ontem à noite, sem nenhum aviso das autoridades.

Existe cerca de quatorze agricultores baleados, alguns desaparecidos e vejam a proporção Senhores, quatorze baleados para cinquenta famílias, isso pode ser pior do que Corumbiara, ressaltadas as mortes que aconteceram por lá, guardadas as devidas proporções. Dez se encontram hospitalizados. Acabei de receber um telefonema de Santa Izabel e Ivaí informando, tenho que confirmar esta informação de que a Polícia Militar foi ao hospital e retirou quatro agricultores que estavam hospitalizados. Precisamos conferir urgentemente esta situação para saber se estão ou não sendo torturados. Porque a tortura, Senhores, como revelou uma reportagem, numa revista importante nacional é ainda uma coisa corrente no País, por incrível que pareça.

Existem vários hospitalizados no Município Querência do Norte, Santa Izabel de Ivaí, Paranavaí e Luanda. Com truculência e métodos violentos a PM também queimou as barracas pertencentes as famílias dos desacampados. Até o momento esses agricultores estão provisoriamente numa área cedida pela Prefeitura de Santa Izabel de Ivaí. A situação é gravíssima, pois as famílias estão sem atendimento médico e sem comida.

Uma observação importante a ser feita é que a tratar de ontem, antes do despejo acontecer o Deputado Péricles de Mello fez vários contatos com várias autoridades do Estado do Paraná para que houvesse uma solução pacífica sem problemas.

Senhores, é só botar a mão na cabeça, sessenta famílias cabem em qualquer cantinho para amenizar o problema, vamos lá intermediar uma negociação, isso é simples, é fácil, ora, tem gente que num condomínio com várias famílias, vários problemas, conseguem resolver, agora, calcule o problema com 60 famílias que qualquer ajuda extra ficam contentes, ali na beira da estrada e que pertencem ao Estado do Paraná, sobre a ordem do próprio Estado do Paraná são despejados.

Queria encaminhar aqui aos Senhores Deputados já está sendo feita uma articulação, que precisamos evidentemente compor uma Comissão e ver a situação "in loco", para que aquilo que falamos seja ou não confirmadas muitas das informações que temos recebido e que também sejam procedidas atitudes mais condizentes com a situação.

E vale ressaltar, aprovamos ontem um projeto do Deputado Beto Richa que dá amparo as famílias que foram torturadas no período militar e está acontecendo hoje e amanhã o encontro Estadual sobre Direitos Humanos promovido pela OAB.

Parece um paradoxo que no Estado do Paraná esteja acontecendo esse fenômeno.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio, no Horário da Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Cada ação provoca uma reação. Nem por isso quero já no início justificar uma ação às vezes até inoportuna de uma ação policial, no caso relatada aqui pelo Deputado Ângelo Vanhoni e pelo Deputado Irineu Colombo, do que aconteceu ontem na região de Santa Isabel do Ivaí.

Fizemos contato com o Senhor Secretário da Segurança Pública a minutos atrás e ele nos relatava de que a retirada das pessoas às margens da rodovia pela determinação da juíza, de que tão logo eles souberam que seriam retirados, imediatamente invadiram a Fazenda denominada Saudade. Uma Fazenda produtiva e que esses invasores estavam, e isso é uma coisa natural, tem se visto isto pela televisão, está em situação agora lá em São Paulo, eles estavam evidentemente usando suas ferramentas que usaram até como armas para se defender no momento que apareceu o pessoal da Polícia Militar. E no confronto, me parece que não batem os dados colocados aqui pelo Deputado Ângelo Vanhoni, mas sim, segundo me passa informações o Secretário, dois ou três estariam feridos, cinco ou seis policiais também estariam feridos. Isso é um relato que me passa o Secretário de Segurança Pública no Estado do Paraná.



Evidentemente que também o Secretário concorda que a Assembléia faça uma Comissão que vá ao local acompanhar de perto aliás como esta Assembléia fez a anos passados também aqui como no caso da morte do Teixeira, que naquela ocasião o PT não se manifestou, se calou naquela ocasião e ocorreram os fatos no Governo passado, esses casos de invasões aconteceram no Governo Richa, no Governo Ney Braga, no Governo Álvaro Dias, no Governo Requião, acontece no Jaime Lerner e vão acontecer em tantos outros Governos que passarão.

Isso não quer dizer que seja uma inabilidade política do Governador, são fatos que ocorrem e que no momento foge até do controle de uma ação Governamental. O Governo se coloca, de repente, até contra a parede, porque a justiça pede a ação do Estado e o Estado tem que cumprir.

No entanto, tem e se tomam todos os cuidados necessários. Agora, é como eu disse, cada ação há uma reação, as famílias que estavam a beira da rodovia, quando sentiram que sairiam dali invadiram uma fazenda produtiva e aí foi determinada a ordem para a Juíza que fosse desocupada a fazenda. Aí ocorreu o conflito, aliás que deve ter ocorrido em outros Estados, até aonde mesmo o PT é Governo, eu por exemplo, pediria, eu não sei o Deputado Vanhoni pode me passar a informação ou o Deputado Colombo, o que aconteceu no Espírito Santo, com a morte de um policial, cujo Secretário de Segurança daquele Estado é um General, e lá teve conflitos, e o Governo é do PT. Então, se jogar uma culpa toda ela agora em cima do Governo do Estado, a inabilidade do Governo, isso não é concebível uma situação dessas. Nós aqui também criticamos governos passados algumas ações policiais, e não concordamos em hipótese alguma com a violência. Agora, há de existir o respeito de ambas as partes. Na questão de Laranjal, o Deputado Irineu Colombo que é o Secretário, recebeu a Comissão, Vossa Excelência teve lá, e o Secretário pediu, e a Juíza também que cancelasse a reintegração de posse, não aconteceu nada em Laranjal também.

**O Sr. Ângelo Vanhoni** - Concede um aparte, Vossa Excelência?

**O SR. ALGACI TÚLIO** - Na sequência, Deputado.

Vamos deixar muito bem claro isso, que o Governo do Estado do Paraná tem a tranquilidade das suas ações, mas que algumas ações fogem do controle, porque são momentos, são fatos isolados que ocorrem, e como já disse, que ocorreram em Governos passados também. Agora, nós não queremos repetir o caso Teixeira, e que, naquela

ocasião, o seu PT, Deputado Vanhoni, se calou nesta Casa, em momento alguns se manifestou quando a polícia naquela invasão, acabou matando o sem-terra Teixeira, que até hoje também não se tem uma devida explicação no caso. De qualquer maneira, Senhor Presidente, nós concordamos, a liderança do Governo concorda com uma Comissão, que se forme uma Comissão, que se vá a região, e como o Deputado da região é o Deputado Walmor Trentini, já o Deputado Valdir Rossoni que é líder da Bancada, já designou que o Deputado Walmor Trentini forme esta Comissão em nome da Bancada do PDT.

Com relação a questão do TID. O TID que os policiais recebiam até o Governo Álvaro Dias, depois foi retirado. E nós numa luta muito grande, batalhamos em cima desta questão, e conseguimos trazer de volta o TID para os policiais civis, como queremos trazer também para os policiais militares, no sentido de dar o direito aos policiais. No entanto, ouve uma manifestação do Tribunal de Contas, em cima desta manifestação. O Governo teve que tomar a sua posição. Ouve a tentativa do escritório do ilustre advogado Renê Ariel Doti, no sentido de entrar com uma Liminar, para fazer com que este direito fosse estendido aos 638, se não me engano, outros policiais. E a justiça acabou não dando a Liminar, acabou derrubando esta Liminar.

Então o Governo aje em cima de ações, e o Governo tem que ser respeitador das ações, especialmente daquilo que diz respeito a justiça. De qualquer maneira, Deputado Romanelli, eu, o Deputado Anibal Khury, estamos continuando empenhado nesta situação, conversando com Sua Senhoria Secretário da Segurança Pública, no sentido de convencê-lo de que se mantenha o TID aos policiais que já estavam recebendo, sem qualquer prejuízo. É esta maneira que nós entendemos que deve atuar o Governo do Estado do Paraná.

Eu fico aqui, e dou o aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni, e neste momento falo em nome da liderança do Governo.

**O Sr. Ângelo Vanhoni** - Agradeço suas palavras e endosso o que Vossa Excelência faz para a constituição desta comissão. Há informações desencontradas, nós sabemos disso, que as informações seriam desencontradas mesmo. Mas, eu enquanto pessoa, desejo que ninguém morra. Aliás se puder evitar, evito.

Acho, que esse sentimento também norteia a sua formação, norteia a sua personalidade. É porque o Governo do PT, pode ter cometido alguma violência, em qualquer lugar do Estado brasileiro, e devo concordar com essa violência. É porque o

PMDB no Governo Requião, cometeu uma violência na época que a nossa bancada não se posicionou. Pelo contrário Deputado Algacir Túlio, eu trago aqui para Vossa Excelência ver, está aqui o Jornal da Bancada do PT com a fotografia do Governador Requião, de arma na mão. "A vaidade governa". Falando sobre a violência e foi distribuído fartamente no Estado do Paraná, sobre a ação contra os sem-terra que vitimou o Líder chamado Deferino.

Então nós nos posicionamos, mas independente de ser o PMDB, ser o Governo do PDT. Não quero transferir esta responsabilidade. Não digo que o Governador Jaime Lerner, nem que Vossa Excelência, sejam responsáveis pelos tiros que as pessoas lá receberam. O que eu quero alertar o Governo, é de que a forma para esses conflitos, que são conflitos por cunho social gravíssimo e histórico no nosso País e no nosso Estado, não sejam resolvidos da forma como eles estão sendo resolvidos. O Deputado Colombo foi bem claro, cerca de 60 famílias estavam a beira da estrada depois de ocupar uma outra área, era previsível a violência, alguém autorizou o desfecho de forma violenta. Será que não havia antes dessa autorização um espaço para que nós, Vossa Excelência e os outros Deputados procurassem uma solução negociada. Será que não havia esta possibilidade? Tenho certeza, que os Senhores concordam de que, se Vossa Excelência tivesse sido previamente avisado e outros Deputados. Tenho certeza que nós encontraríamos uma solução, que não essa que vitimou algumas pessoas entre elas policiais e sem-terras.

Não podemos concordar com isso, Deputado Algaci Túlio. Não podemos concordar com a violência que se faz aí no dia-a-dia, quanto mais a violência por parte do Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência inclusive, é testemunha do que está ocorrendo em Curitiba, com várias áreas já com reintegração de posse determinada e nós tomamos também a dianteira no caso, junto com o próprio Secretário da Segurança Pública. Indo até algumas áreas e pedindo mais um prazo para que se encontre uma solução. Nós não concordamos em hipótese alguma com qualquer ação de violência. Há de se contar com todos os canais políticos para se encontrar uma decisão.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Mas está havendo uma contradição. É o jeito de fazer as coisas, para Laranjal, o Deputado Orlando Pessuti falou, nós fomos lá conversar com o Secretário de Segurança Pública, está resolvido praticamente a situação. Áreas como Vossa Excelência falou, áreas de despejo aqui em Curitiba. Porque que o Gover-

no tem duas maneiras então, é que alguma coisa no Governo não está correta, está tendo dois procedimentos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Acho que nós todos estamos a favor da não violência, indubitavelmente. Apenas citei este caso para mostrar que isso acontece em todos os Governos. Nem por isso, porque aconteceu no outro nós devemos fazer acontecer agora. Pelo contrário, se isso aconteceu nos outros Governos, isso não tem que acontecer neste Governo.

Quero dizer, deixar muito bem claro, que nós somos favoráveis a formação desta comissão, inclusive a Comissão da Assembléia vai até o local fazer o levantamento e trazer os dados para esta Casa, para que as providências sejam evidentemente tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 763/95, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente, solicitamos autorização para representar a Assembléia Legislativa num evento sobre turismo a se realizar em Taipei, na China, no período de 07 a 18 do corrente mês, sem qualquer ônus para esta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 230/95 de autoria do Deputado José Tavares, Aposentadoria em Cargos ou Empregos Temporários. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. COM EMENDA DA C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda: Aprovada. Projeto: Aprovado.**

ITEM 02

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 363/95, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 421/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários e Amigos da Polícia Civil de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 028/95 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a "Casa da Terceira Idade Irmã Dulce", com sede e foro no Município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 09, de 06.03.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 028/95

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, chega a esta Comissão de Constituição e Justiça, - Projeto de Lei 028/95 que declara de Utilidade Pública a Casa da Terceira Idade Irmã Dulce com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

O presente projeto de lei, havia sido objeto de diligência, sendo perfeitamente atendido pelo autor, encontrando-se em condições de tramitação normal.

O parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 05

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 260/95 de autoria do Deputado Renato Adur, que Declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga-PR". (SINTIMOP). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ no D.A. n° 81, de 28.06.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 260/95

PARECER:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga-PR.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão

de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 06

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 416/95 de autoria do Deputado Sâmis da Silva que declara de Utilidade Pública a "Creche Nossa Senhora da Conceição". Com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 137, de 17.10.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 416/95

PARECER:

De autoria do Deputado Sâmis da Silva, o Projeto de Lei n° 416/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora da Conceição com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Da análise do referido, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMOES - Relator

ITEM 07

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 445/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 075/95 que aprova um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor dde R\$ 355.212,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e doze reais) ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina - UEL, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143 de 24.10.95 Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 445/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei n° 445/95, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 075/95, aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 355.212,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e doze reais) ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina - UEL, conforme especifica.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 445/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 075/95, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 355.212,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e doze reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender a construção do Restaurante Universitário.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, constatou que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 447/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública o Hospital Osvaldo Cruz, com sede e foro no Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 447/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública o Hospital Osvaldo Cruz, de Teixeira Soares.

Essa Comissão, chamada a se manifestar com relação à matéria, nada encontrou que pudesse impedir sua tramitação.

Sendo assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 448/95 de autoria do Deputado Anibal Khury

que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente Renascer", com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 448/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Renascer, com sede e foro nesta Capital.

O projeto de lei em tela não fere nenhum preceito constitucional e está de acordo com a legislação específica que regulamenta a matéria.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

Encontra-se presente o Secretário de Estado Dr. Cássio Taniguchi, que vai ser ouvido informalmente pela Assembléia, no Plenarinho, e esperamos que este encontro seja produtivo ao Estado do Paraná.

Sobre a mesa, Requerimento n° 3371, de autoria do Sr. Deputado Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 3357 e 3358, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 3360, 3361 e 3363, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3364, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3365, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3366 a 3369, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3378, de autoria dos Senhores Deputados Jocelito Canto, Albanor Gomes, Durval Amaral, Eduardo Trevisan e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Comissão será constituída de cinco membros, obedecendo a representação partidária. Pelo PMDB já temos o Deputado Roma-

nelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, queria solicitar de Vossa Excelência, a possibilidade de que seja colocado na Comissão um membro da Comissão de Agricultura e um membro da Comissão de Terras.

Na Comissão de Agricultura indico o Deputado José Maria Ferreira que é vice-Presidente; a representação é apartidária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Romanelli pelo PMDB, Valmor Trentini pelo PDT, José Maria pelo PSDB, Deputado Angelo Vanhoni e pelo PFL o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Está constituída a Comissão. A Assembleia fornecerá os elementos para que essa Comissão tenha pleno êxito.

Requerimento n° 3370, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3372, de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Renato Adur, Ricardo Chab, Emerson Nerone, e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O Secretário já vai levar em mãos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Acho que com a presença do Secretário Cássio Taniguchi na Casa, o Requerimento expedido por vários Deputados torna-se até sem efeito, porque ele vai fazer esclarecimentos.

De qualquer maneira, peço a Vossa Excelência que esse Pedido de Informações seja entregue em mãos ao Senhor Secretário para que ele, na Sessão de agora de manhã, já possa dirimir qualquer dúvida com relação aos empréstimos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o que foi decidido pela Presidência.

Requerimento n° 3374, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3375, de autoria do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3376, de autoria do

Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Será encaminhado através do Presidente do Tribunal de Justiça.

Requerimento n° 3377, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3379 e 3380, de autoria do Senhor Deputado, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3354, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3356, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3299, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCOS ALVES (Pela Ordem) - Quero anunciar a presença do Secretário Municipal de Saúde de São Jorge do Ivaí, pessoa que temos a satisfação de recebê-la aqui, o doutor Roberto, e também o Osvaldo, da Saúde, Vereador do PTB do Município de Sarandi, e a presença do Prefeito Municipal de Orizona, o Carlão, o Prefeito Municipal de Itambé, e de muitos outros Vereadores presentes na Sessão.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Também para registrar a presença do vice-Prefeito de Piraquara, Edson Steves e do Vereador Eliseo Meyer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 028, 260, 416, 445, 447 e 448/95.

Levanta-se a sessão.